

Salário líquido dos funcionários públicos vai voltar a baixar em 2013

08 Setembro 2012 | 00:05

Alexandra Machado - amachado@negocios.pt

Catarina Almeida Pereira - catarinapereira@negocios.pt

Manuel Esteves - mesteves@negocios.pt

Os funcionários públicos vão sofrer um novo rombo no seu rendimento mensal. É que embora mantenham, na prática, um corte correspondente aos subsídios de férias e de Natal, o novo mecanismo anunciado pelo primeiro-ministro vai resultar num agravamento fiscal em sede de IRS que fará com que os trabalhadores do Estado recebam um salário líquido inferior.



A diluição de um dos subsídios fará com que o rendimento anual bruto dos funcionários públicos aumente em 2013 face a este ano. Depois, sobre esse salário incide uma taxa social única agravada em sete pontos percentuais, o que faria com que o vencimento líquido fique sensivelmente idêntico ao recebido este ano.

Acontece que pelo simples facto de ter um salário bruto mais elevado, aumentam as retenções a que está sujeito, quer por via da taxa social única, quer por via do IRS, o que será ainda mais agravado caso haja mudança de escalão.

Um exemplo concreto: um trabalhador que tenha actualmente um salário bruto de 1.050 euros vai passar, no futuro, a ter um salário bruto de 1.137,5 euros (com a absorção mensal do subsídio).

Face à actual tabela de retenção, isso significa, de imediato, uma mudança de escalão, e portanto mais IRS a pagar. Se este trabalhador público for solteiro sem dependentes, em vez de uma taxa de retenção de 9%, pagará 10 %. Ser-lhe-á retido 113,75 euros em vez dos 94,5 euros que lhe é retido este ano. Por outro lado, como a

base tributária é mais alta, cada ponto percentual que contribui para a [Segurança Social](#) será agora mais alto.

Para um salário bruto de 1.050 euros, uma taxa de 18% significaria transferir para a Segurança Social 189 euros. Com o novo vencimento bruto, de 1.137,5 euros, terá de transferir 204,75 euros.

Feitas as contas, este trabalhador, que ganha hoje um salário bruto de 1.050 euros, acabará por perder 35 euros por mês. Falta, ainda, perceber qual o impacto que o crédito fiscal que Passos Coelho anunciou para os salários mais baixos. Mas uma coisa é certa, o crédito fiscal só entrará na bolsa dos contribuintes no ano seguinte, ou seja, em 2014, com o reembolso do IRS.

Os números parecem assim contrariar o que disse o primeiro-ministro durante a apresentação das novas medidas. "O rendimento mensal disponível dos trabalhadores do sector público não será, por isso, alterado relativamente a este ano". Em reacção, José Abraão, da Fesap, referiu isso mesmo: "O

senhor primeiro-ministro anunciou que mantém o corte do subsídio de férias e de Natal. Mas é mais do que isso porque mexe com as tabelas do IRS".